

## PROCESSOS DE REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E DESEMPREGO – IMPLICAÇÕES GEOGRÁFICAS

PEDRO SOARES<sup>1</sup>

As abordagens que prevaleceram na geografia industrial até aos finais da década de 70 consideravam *grosso modo* que os padrões locativos eram o resultado de formas de organização e de decisão prévia e objectivamente definidas. As interacções entre economia, geografia e sociedade estiveram ausentes nos trabalhos sobre localização industrial, desde o modelo de localização industrial de A. Weber até às novas perspectivas pós-estruturalistas. Foram as mutações ocorridas a partir da década de 80 que conduziram à necessidade de uma abordagem teórica alternativa que integrasse no território a complexidade intrínseca às relações de produção. De facto, nos anos 80 surgiram novas correntes teóricas, estimuladas pelas alterações verificadas nos padrões de localização industrial e na própria organização da produção, mas também pela evolução que ocorreu nas várias áreas da filosofia e das ciências sociais.

A teoria da estruturação de Anthony Giddens, fundada na crítica à sociologia estruturalista, reconstruiu para a análise dos fenómenos a importância dos conceitos de *estrutura* e *agência* em interligação. Giddens reconheceu a *dualidade da estrutura* – que condiciona o comportamento, o qual, potencialmente, pode influenciar e reconstruir a estrutura –, e a *dualidade entre estrutura e agência*, que supera as visões determinísticas de estrutura e as voluntaristas de agência.

Tal como Giddens, também o realismo, relançado por Roy Bhaskar nos anos 70, as teorias da regulação divulgadas pela Escola da Regulação Francesa, por Alan Lipietz e outros, e as diversas correntes pós-modernistas, conduziram, cada uma pelo seu próprio caminho teórico, à revalorização do espaço, conferindo papel activo e integrador às formações territoriais. Conforme refere Doreen Massey, não basta olhar para um fenómeno geográfico segundo uma perspectiva bidimensional, ou seja, conceptualizá-lo, em termos do seu padrão, tal como uma superfície que contém apenas distâncias, por onde se distribuem valores de uma ou de diversas variáveis. A mesma autora adianta, para o caso da geografia do emprego, que as estruturas sociais e o processo social consti-

---

<sup>1</sup> Assistente da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Geográficos. E-mail : pedrosoares@mail.doc.fl.ul.pt

tuem elementos de partida para uma conceptualização do fenómeno, podendo a distribuição espacial do emprego ser interpretada como resultado da forma pela qual a produção se organiza em determinada área geográfica. Deste modo, para a geografia que trata da problemática do emprego, o conceito de *relações sociais de produção* não poderá deixar de ser chave, entendido no ponto de vista das condições sociais em que opera o processo de produção, tais como a composição do capital, a organização da produção ou as relações entre empregadores e empregados, constituindo o princípio essencial de um modo de produção.

As diferenças que se verificam entre regiões, nomeadamente se uma região acolhe a fase de investigação e desenvolvimento (I&D) de uma determinada empresa, enquanto que outra apenas capta a fase de montagem do produto, reflectem aspectos das relações sociais de produção ao nível da organização geográfica, com claras repercussões na diferenciação da qualidade do emprego e nas respectivas regiões em geral. É, precisamente, na relação entre, por um lado, produção e classe social e, por outro, organização espacial que procuramos evitar a mera perspectiva bidimensional dos fenómenos, procedendo à sua análise a partir do conceito de *estruturas sócio-produtivas regionais*. Trata-se, portanto, de encontrar os mecanismos que, considerando o espaço como um elemento activo, integrem as relações sociais de produção na análise da problemática do emprego, sobretudo na vertente que se reporta à perda de postos de trabalho.

Também os fenómenos relacionados com o movimento de internacionalização e globalização das economias trouxeram novas complexidades à análise dos problemas do emprego e do desemprego. Frequentemente relacionados com estratégias de investimento, reestruturações sectoriais, encerramentos e deslocalizações de empresas, as variações na oferta de emprego deixaram de poder ficar restritas aos limites dos quadros de análise de nível regional ou nacional.

Deste modo, o trabalho de investigação desenvolvido no âmbito da dissertação de mestrado *«Processos de Reestruturação Industrial e Desemprego – Implicações Geográficas. O Eixo Setúbal-Palmela-Montijo-Alcochete»*<sup>2</sup> pretende obter uma melhor compreensão dos processos actuais de perda de emprego na indústria, assente no exercício da relação que os territórios desempenham em articulação com as opções a adoptar nos processos de reestruturação industrial. Nesta perspectiva, considerámos a possibilidade de os factores geográficos actuarem concatenados com as alterações adoptadas na organização da produção.

Com este objectivo, organizámos o trabalho em quatro capítulos, procurando evoluir, sob o ponto de vista metodológico, do geral para o particular. No primeiro capítulo expusemos diferentes abordagens teóricas da relação entre trabalho e capital no processo de produção e respectivas implicações ao

---

<sup>2</sup> Dissertação de mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação da Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Maria Lucinda Fonseca, desenvolvida com o apoio do projecto de investigação «DivesT – Desinvestimento e Impactes Económicos, Sociais e Territoriais» (Projecto POCTI/34037/GEO/2000 – FCT).

nível das diferenças no desenvolvimento regional, assim como as interações entre os lados da oferta e da procura no mercado de trabalho. No segundo capítulo, foram tratadas distintas configurações da reorganização da produção com efeitos ao nível da alienação de postos de trabalho e respectivos impactes territoriais, tendo sido identificadas três formas principais: *intensificação*, *investimento/mudanças técnicas e tecnológicas* e *racionalização*. O terceiro capítulo procurou interpretar a reestruturação da siderurgia portuguesa à luz do modelo apresentado no capítulo anterior, com a vantagem de se poderem tratar os três processos distintos de reorganização da produção, tantos como os segmentos de produção do Grupo Siderurgia Nacional, com incidência no mesmo sector e implicações ao nível do mesmo espaço geográfico. No quarto capítulo é apresentado o estudo de caso, o qual é dedicado à investigação do comportamento das firmas abrangidas pela Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID/PS) no eixo Setúbal-Palmela-Montijo-Alcochete, que observaram processos de contracção no emprego, com encerramento total ou parcial, recorrendo para o efeito ao inquérito de uma amostra de empresas.

Concluindo, a intervenção do Estado num quadro de crise, marcado pelo desemprego elevado e salários em atraso, através do lançamento da OID/PS (1989-1993), induziu um processo de revitalização regional e de reestruturação industrial que levou à alteração da especialização produtiva e a uma mutação espacial das principais áreas de desenvolvimento. Importava perceber as reais consequências em termos do emprego nos anos subsequentes e que características assumiu o novo quadro regional do emprego.

De acordo com os interesses determinados pelo perfil do capital que compunha as diferentes empresas, a reorganização da produção foi concretizada pelo recurso aos mecanismos identificados no enfoque teórico do trabalho. De facto, como também se procura demonstrar pelo caso da siderurgia portuguesa, não sendo apenas o contexto territorial que determina a opção por diferentes mecanismos de reorganização da produção, a sua exequibilidade e concretização não deixam de estar condicionadas pelas características do espaço onde se desenrola o processo.

No que concerne ao desemprego, considerado como um dos impactes territoriais das diversas formas de reorganização da produção, apesar de ter diminuído durante a OID/PS, manteve taxas superiores à média nacional e adquiriu uma estrutura característica marcada pela elevada componente do chamado desemprego de longa duração (correspondia a 44% do desemprego, em Dezembro de 1999, segundo os dados do IEFP). Os desajustamentos que se constataram no mercado de trabalho da Península de Setúbal configuram uma certa incapacidade do território para absorver o grosso da mão-de-obra disponível, mas também de carências de formação escolar e profissional e da desarticulação e mesmo inadequação entre a qualificação profissional e a qualificação requerida pelas empresas.

A esta situação não será estranho o facto de a indústria que cresceu nos concelhos atravessados pela A-12, de Setúbal a Alcochete, reflectir por um lado a existência de um «cacho» montado em torno da Autoeuropa, que ocupa cerca de 7000 postos de trabalho, e, por outro, uma pulverização de pequenas empresas sem umnexo de integração económica e regional entre si, geradoras de pouco emprego, predominantemente no grupo dos trabalhadores «semi e não qualificados», e com uma «taxa de mortalidade» importante.

Finalmente, ao contrário da pretendida diversificação sectorial, a região ficou mais dependente de um sector – o automóvel, e de um grande investimento – o da Autoeuropa. É certo que toda a fileira ligada ao sector automóvel beneficiará da implantação de uma indústria tecnologicamente evoluída e de significativa dimensão na Península de Setúbal. No entanto, os riscos para os níveis regionais de emprego decorrentes de uma mudança de estratégia dos capitais do sector quanto à localização dos investimentos são reais e poderão resultar directamente numa situação de grave crise económica e social na região. Deste modo, os problemas de um determinado território que acolhe grandes investimentos industriais, nomeadamente no que concerne ao mercado de trabalho, parecem não se restringir apenas à questão do nível tecnológico implicado. Normalmente, os padrões tecnológicos são elevados, tendo em conta os rigorosos critérios de competitividade em presença e a necessidade absoluta de obtenção de altos índices de produtividade. Essencialmente, o que se afigura cada vez mais importante é a posição que as estruturas sócio-produtivas regionais conseguem assumir – de maior ou menor dependência relativamente aos processos de decisão – na rede global da produção.